

FICÇÃO HISTÓRICA NO ROMANCE *DESMUNDO*, DE ANA MIRANDA: ESTE MUNDO É UM DESTERRO E AS MULHERES, ESTRANGEIRAS

Ângela Maria Lima de Gouvêa¹
Anísio Assis Filho²

Resumo: A história do Brasil guarda muitas lacunas, apagou muitas vozes, desconsiderou vários/várias partícipes e desqualificou a propriedade de diversas narrativas. A literatura contemporânea, em caminho oposto, vem trilhando um retorno a alguns eventos marcantes de nossa existência para poder imaginar a inclusão de figuras que sofreram a invisibilidade ou o apagamento de sua participação histórica. Este texto aborda o papel da mulher na colonização das terras brasileiras e sua luta contra uma estrutura patriarcal a partir da leitura do romance *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, fundamentando nossos argumentos com estudos de autoras como Linda Hutcheon (1991), Gerda Lerner (2019), Mary Del Priore (2020) e Silvia Federici (2023).

Palavras-chave: Desmundo. Ana Miranda. Metaficção. História. Mulher.

HISTORICAL FICTION IN THE NOVEL *DESMUNDO*, BY ANA MIRANDA: THIS WORLD IS AN EXILE AND WOMEN ARE FOREIGNERS

Abstract: Brazilian history has many gaps, has erased many voices, disregarded several participants, and discredited the ownership of various narratives. Contemporary literature, in contrast, has been revisiting some of our defining events to imagine the inclusion of figures who suffered invisibility or the erasure of their historical participation. This text addresses the role of women in the colonization of Brazilian lands and their struggle against a patriarchal structure through a reading of Ana Miranda's novel *Desmundo* (1996), basing our

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *Campus* de Vitória da Conquista; Licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *Campus* de Jequié. Especialista em Fisioterapia Hospitalar pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública e Fisioterapeuta pela Universidade Católica do Salvador – UCSal-Bahia.

²Possui Mestrado em Letras, Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Atualmente é professor Auxiliar da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *Campus* de Jequié, lotado no Departamento de Ciências Humanas e Letras – DCHL, da Área de Estudos Literários. Tem experiência em Literatura, com ênfase em Literatura Brasileira contemporânea e Literatura e Poesia Baianas.

arguments on studies by authors such as Linda Hutcheon (1991), Gerda Lerner (2019), Mary Del Priore (2020) and Silvia Federici (2023).

Keywords: Desmundo. Ana Miranda. Metafiction. History. Woman.

Introdução

A cultura letrada do início da modernidade ocidental desconsiderou, desautorizou ou omitiu falares, gestos, fatos e outros textos que paralelo à sua produção contou muito de muitos e muitas. Ao longo da história brasileira se processou várias seletas de quem poderia escrever e dizer e/ou o quê poderia ser dito e escrito. Ainda que presentes nos primeiros anos do que mais tarde se reconheceu como Brasil, a fala, a perspectiva e, ainda mais, a escrita feminina pareceu distante na construção dessa história. No presente trabalho, propõe-se avaliar como a narrativa contemporânea *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, ficcionalmente, revisa e preenche essa lacuna histórica. Em *Desmundo* (1996), a jovem órfã Oribela, vem de Portugal para as terras desta Coroa, uma colônia recém-invadida e povoada, no atendimento ao pedido do jesuíta Manoel da Nobrega, como forma de casar os homens brancos, livrá-los do pecado e do *Outro* que os nativos e as nativas representavam para aquela cultura invasora. É a partir dessa outra perspectiva que este estudo se alicerça, isto é, saber dos processos de construção de dada realidade ou de determinado acontecimentos históricos, porém, oportunizando conhecer vozes omitidas nos antigos e oficiais relatos.

1. Uma percepção intimista do Outro e da Realidade

O romance *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, narra, ficcionalmente, como se deu a chegada de mulheres imigrantes ao Brasil colônia, recriado através do microcosmo da protagonista Oribela, ao expor as condições de vida, bem como, os desafios enfrentados pelo que seriam as primeiras mulheres europeias que aqui desembarcaram. A narrativa de Ana Miranda subverte, assim, o apagamento histórico sofrido por este gênero, ou seja, projetar e fazer saber a perspectiva feminina na construção dos primeiros relatos da invasão dos povos da Península Ibérica em terras do extremo oeste mundial. A literatura contemporânea de Miranda (1996) é um chamado a reconstruir o pensamento, inclusive o feminino, moldado na tradição patriarcal, que

pressupõe quais papéis e comportamentos apropriados aos sexos devem ser expressos e reiterados por meio de valores, leis e regramentos sociais, androgenicamente, pré-estabelecidos. É sabido que “homens como grupo tinham direitos sobre as mulheres que as mulheres como grupo não tinham sobre os homens” (Lerner, 2019, p.262).

Em *Desmundo* (1996), Ana Miranda ajuda a elucidar um Brasil que é, histórica e pedagogicamente, pouco conhecido, narrado por uma personagem atípica, dentro do que pode ser considerada como a voz tradicional nos relatos oficiais como os demais feitos à época da entrada da civilização ibérica nas Américas. O discurso de conhecimento do Novo Mundo deixa de ser forjado pelo homem branco europeu que foi clérigo, letrado, realizador de feitos socialmente notáveis (como o era na Literatura Informativa), passando a ser, unicamente, da personagem Oribela, que encontra no fluxo de consciência e exposição de si um campo de liberdade. No *pseudo-relato* de Oribela, privilegia-se a voz e as percepções daquela que narra os fatos, não havendo interrupções ou dissonância de uma voz contrária ou externa. O romance aponta a importância de se pensar o viés ficcional como um instrumento válido de leitura contemporânea e crítica da construção de realidades. Se o discurso histórico é praticamente o eco uníssono do homem branco europeu, a quem coube a autoridade de narrá-lo, o literário, por sua vez, dá a autora a opção de ampliar seu leque para dar voz àqueles (no caso específico àquela) que não foram ouvidos ou silenciados pelos poderes, pelos interesses, pela vida social, pela religião, pela história ou por outras circunstâncias diversas.

Empenhada em reavaliar a historiografia imposta, a narrativa de Ana Miranda permite a concepção quase imagética da mulher nos primeiros anos da colonização brasileira. Há um “retrato” de uma personagem em busca de encontrar o seu lugar, seu direito à vida e a tentativa de exercer o seu papel em um pedaço de mundo de leis que adaptam as já sabidas em outro continente e origem. Entretanto, o “Novo Mundo” que seria o recomeço, se apresenta pela brutalidade da força física, a qual se estabelece como medida, regido pela noção eurocêntrica civilizatória em que a presença feminina quase nunca é citada quando não pertencente à família real. “Da Europa, os primeiros colonizadores trouxeram para cá a desconfiança ante a mulher e o sentimento de que a ela cabia obedecer ao homem. Trouxeram também o modelo patriarcal: clãs cujos membros se submetiam ao marido, ao pai ou a patriarca” (Del Priore, 2020, p.19), bem

como uma maneira particular de organização familiar: “pai e mãe casados perante a Igreja” (*Ibidem idem*).

O “desmundo” descrito por Oribela inicia-se na nau *Senhora Inês*, habitualmente composta por um público masculino, espantado com a presença feminina, destacando-as como sinal de mau presságio na embarcação portuguesa. Os degredados relatavam que “em naus, mulheres são mau agouro, em oceanos, fêmeas são baús cheios de pedras muito grandes e pesados, sem serventia nem a ratos a não ser turbar as vistas” (Miranda, 1996, p.14), fato que agravava o perigo que era navegar, uma vez

Que adentrar uma baía, chegar a uma costa é o maior risco da viagem, mais que as ventanias e as tempestades, sus, pardeus, as damas copando seus cabelos carrapatentos, tirando do sol seus cabeçais de plumas, guardando os chapéus, todos nós querendo sair, num desprezo pelo barco, feito cão que mijá onde dormiu a noite, uns pagando promessas, lanhando o rosto ou rapando os cabelos da cabeça, esquecidos de confessar, a tocar com os pés ali naquela terra onde nunca entrava o inverno, arribar, arribar, a salvamento, sem se perder a gente nem a carga, todos chegando o chegar, deleitando, gozo (*Ibidem idem*, p. 16).

A presença de mulheres se somaria a essas outras dificuldades de viver reclusos nas naus em mar aberto, pois numa embarcação de tripulação, predominantemente, misógina, considerando as mulheres como frágeis, como incitadoras de sua lascívia e pecados, superlativiza as incertezas e os mitos de monstros marinhos.

Habitualmente, destituídas da centralidade das ações e dos pensamentos que regiam o sistema patriarcal, as mulheres eram intrusas na travessia lusitana, na qual o homem tornou-se a norma e a mulher o desvio. Este “desvio” só permitido porque havia o interesse no povoamento “puro” e sem pecados da terra recém-invadida, o interesse na sua sexualidade e, em consequência, na sua capacidade reprodutiva. A este respeito, Gerdar Lerner recorda de Claude Lévi-Strauss o conceito da “troca de mulheres”, cuja base está na reificação e comercialização do corpo feminino. Entretanto, este “estado de coisa”, apontado pelo antropólogo francês, aproximava de modo limitado e, em termos de poder, as mulheres dos homens do mesmo grupo. Essa relativa simetria caía totalmente por terra quando entrava na dimensão da sexualidade (uma das

particularidades do corpo feminino), cujo controle estava alheio a vontade da mulher³. A sexualidade feminina também é destacada nos estudos da historiadora Mary Del Priore, que a define como desvinculada do sacramento, uma vez que o ato sexual era visto como uma atitude pecaminosa, sendo permitida, portanto, dentro da instituição casamento apenas para fins da procriação (2020, p.19). Aspecto e gesto reverberados e controlados também por outras mulheres dentro da hierarquia social criada e disseminada pela cultura cristã.

2. A mulher e a Metaficção histórica da colonização

Expatriada de sua terra pelo poder político, Oribela desembarcou no Brasil para se casar, servindo aos sacramentos e dogmas católicos: “Em seu propósito o bispo nos abençoou com as mãos e nos fez dizer promessa de fidelidade, salvou-nos com uma cruz, com mostras e sinais de fé. Mandou cada mulher dar a mão a seu homem. Os esposos têm poder sobre as esposas e suas filhas” (Miranda, 1996, p.73). O referido trecho reforça a premissa de uma das epígrafes do romance, um fragmento da carta do padre Manoel da Nóbrega⁴ remetida ao rei português, Dom João, na qual aquele clérigo solicita o envio de mulheres brancas para a recente colônia a fim de “branquear” o povoamento da colônia reforçando, assim, as posturas das civilizações europeias. Além da garantia de perpetuação e predomínio de raça ibérica, havia, na inserção das órfãs brancas vindas de Portugal, a preservação de uma ética moral religiosa. O que se pode entender como um índice de que o discurso religioso e o poder vigente eram uníssonos e com interesses mútuos, sendo que um fortalecia o outro.

Nas primeiras páginas do romance, Oribela expõe suas sensações acerca do novo lugar, ao relatar como foi pisar em terras brasileiras: “chegamos a um novo país com o

³ Além de apontar a desvantagem no exercício da sexualidade por parte das mulheres, Gerda Lerner afirma que essa restrição tem impactos particulares em termos psicológicos e sociais, independentemente de mulheres e homens serem pertencentes do mesmo grupo de oprimidos e subordinados. Segundo a historiadora, as lutas de emancipação e liberdade das mulheres eram diferentes e encontram-se mais atrasadas em relação aos homens. Vide Lerner, 2019, p.263.

⁴ “A’ El-Rei D. João (1552) - JESUS – Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra há de mulheres, com quem os homens casem e visam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas órfãs, e si não houver muitas, venham de mistura delas e quaisquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaisquer farão cá muito bem à terra, e lhes ellas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do pecado” (*Apud* Miranda, 1996, p. 7).

coração em júbilo, mas de dúvida e receio, para povoar um despejado lugar” (Miranda, 1999, p. 16), e visualiza o seguinte cenário: “à sombra das árvores e nossos véus pretos ficamos, que o sol parecia morar neste país, tanto logo se fazia o primeiro raio da manhã já se via a roda vermelha de seus mistérios” (*Ibidem Idem*, p.25), bem como as pessoas com as quais se deparou, inicialmente: “A feição das gentes cristã era escura, de ser cozida pelo sol a pele, todos pareciam donos da terra e do nariz, por não estarem aqui o rei nem a rainha nossa mãe (*Ibidem idem*, p.26). Estranhada e estranha à terra brasileira, a protagonista, apresentada em *Desmundo* (1996), ilustra o “desembarque das ‘órfãs do rei’, meninas sem família enviadas para se casar com imigrantes estabelecidas no Novo Mundo”, como documentado pela historiadora Mary Del Priore (2020, p.20).

Ao chegar ao Brasil, era o medo que em Oribela fazia morada. O silêncio imposto e acatado submeteu a órfã protagonista ao destino comum às moças pobres, igualmente sujeita às forças patriarcais, de sua época: o horror ao desconjuro, à excomunhão, ao pecado e a tudo o mais que não fosse cristão. Isto porque o romance *Desmundo* (1996) é permeado por um forte discurso cristão, que tem por finalidade demonstrar a coerção espiritual imposta à personagem através, sobretudo, da ideia de pecado e da culpa, evidente no fluxo de consciência de Oribela intercalado por descrição de prazer e autopunição:

nunca saía da lembrança a pele dele em seu catre toda desnuda, um grande pecado, tão mau que devia eu dar de suplício ao corpo, minhas unhas afiei na parede e raspei a minha pele dela tirando sangue numas trilhas infernais, sem lágrimas ou gemidos, a pagar com a minha dor a dele e vinha ele a bafejar, ai amor, eu bem vejo teu coração dando saltos, ilusão da língua, toques de mão, união de corações, a nos saírem pela boca resplendores de fogo e vivia eu disso, sacramentada ao Ximeno, dele sendo toda possuída, a suspeitar que era o demo, ele, que me precipitava nos fingimentos, a ungir meu peito de abismos, a apertar os meus pulsos, lançar aos estímulos carnis, ah, Deus, que me salvasse, a quem podia eu confessar? (Miranda, 1996, p. 187).

Embora só e em pensamentos, Oribela se pune por ter desejos por Ximeno (um “mouro” que era deixado a conviver entre os colonos, por ser entendido igual aos nativos, apesar de todas as diferenças). Ela, Oribela, casada com Francisco de Albuquerque, se via apaixonada pelo mouro, sonhava com este, desejava-o e por não conseguir se desvencilhar da própria excitação, punha-a na conta do sobrenatural, “era o

demo” agindo sobre ela, como ensinam várias narrativas cristãs e, sobretudo, para uma representação de mulher saída da Idade Média. Por meio do fluxo de consciência da órfã Oribela, é possível inferir ainda que mulheres, em todas as suas particularidades, eram tratadas apenas como uma massa de seres homogêneos sem valor social: “Quero que se case [, Oribela,] com meu sobrinho, Francisco de Albuquerque (...) Não importa quantas as vacas que esta vale. Ficava com ela mesmo sem as vacas. Está namorado” (Miranda, 1996, p. 58 e 60 – Grifos nossos).

A narrativa de Oribela revela ainda a culpa das mulheres brancas sobre seus corpos em oposição às indígenas, as quais não tinham pudor com a nudez. Entretanto, como todo corpo feminino tende a ser castigado na sociedade patriarcal, mesmo as mulheres indígenas eram vítimas dos frequentes abusos sexuais dos homens brancos que se serviam delas e dos que, da mesma aldeia, as vendiam como escravas:

Bugres da terra vendiam suas fêmeas nuas, mas assim que veio um padre da Companhia na rua as esconderam, não dos outros padres. Por meus brios e horrores, não despreguei os olhares das naturais, sem defeitos de natureza que lhes pudessem pôr e os cabelos da cabeça como se forrados de martas, não pude deixar de levar o olhar em suas vergonhas em cima, como embaixo, sabendo ser assim também eu, era como fora eu a desnudada, a ver em um espelho (Miranda, 1996, p.39).

A opressão às mulheres pelos homens, com recorrentes e atuais exemplos e casos, baseou o estudo de Gerda Lerner (2019), este revela que em todas as sociedades conhecidas, as mulheres do grupo étnico conquistado eram escravizadas, ao passo que os homens eram mortos e “somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas propriedades” (p. 262). Outra prática consistia em trocar mulheres ou comprá-las em casamentos a fim de beneficiar uma família, “depois, elas foram dominadas ou compradas para escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua *mão de obra* e seus filhos eram propriedade de seus senhores” (*Ibidem Idem*). Este gesto de dominação é lembrado e exposto em *Desmundo* (1996).

A desigualdade de gênero vigente à época da colonização, em que se passa a história do romance *Desmundo* (1996), é (também) fonte de estudo da historiadora

Mary Del Priore, que destaca o quanto o pensamento norteador e vigente entre os séculos XII e XVIII era regido pela religião cristã, uma vez que “os destinos femininos estavam inextricavelmente ligados a determinados sistemas religiosos” (2020, p.19). Consonante à vasta pesquisa elaborada por Del Priore está a ilustração literária feita por Ana Miranda por meio da construção da protagonista Oribela. Ao situá-la como uma moça comum do século XVI, sem autonomia sobre o próprio destino que, ao perder seu pai, a figura masculina responsável por sua vida, destina-se a ser mandada para um convento, seguindo o ciclo de opressão imposto a maioria das mulheres naquela época: deslocava-se das mãos do pai às do marido. Na ausência de um e de outro, a figura feminina devia sucumbir diante dos dogmas religiosos. Estes eram uníssonos em situações como uma das formas do mal na Terra e eram reiterados pela literatura que as descrevia como diabo em forma de gente.

na Idade Moderna, a religião projetava sobre a sexualidade feminina uma luz, revelando que era lugar de conflito, começado nas origens do mundo, entre as forças do maligno e a potência de Deus. Segundo essa forma de pensar, a mulher se encontrava imersa numa feminilidade cuja significação aparecia numa perspectiva escatológica. Culpada pelo despojamento de tudo de bom quando da expulsão do paraíso, só lhe restava dedicar-se a pagar seus pecados pela contemplação de Deus, pela continência e pela domesticação de seu desejo (Del Priore, 2020, p.18-19).

Falar em uma mulher contestadora e, por conseguinte, consciente dos seus desejos, nos idos do século XVI, era atrelá-la ao rótulo de impura e/ou pervertida tão propagado e difundido pela Igreja Católica. Ancora-se, aí, o caráter disruptivo da personagem criada por Ana Miranda, porque em *Desmundo* (1996), sua voz ecoa a brutalidade do local – o *deslugar* – para o qual foi enviada a contragosto, o que gerou conflito nesta órfã durante todo o percurso do romance, pois ela não aceitava a vida que lhe foi imposta e buscava, incessantemente, o retorno ao seu lugar de origem. A opressão e a exploração econômicas, segundo Gerda Lerner, estão fundadas, por um lado, na transformação da sexualidade feminina e, por outro, na apropriação da sua força de trabalho pelos homens e no uso de “seu poder reprodutivo como aquisição econômica direta de recursos e pessoas” (2019, p.265).

Ao desembarcar no “desmundo”, Oribela recusa o casamento. Como primeiro ato, cospe no rosto do noivo. O casamento, segundo Mary Del Priore (2020), numa sociedade incerta e violenta, era entendido pela Igreja Católica como sinônimo de proteção e segurança. A descrição do padre evidencia a rebeldia, o fogo recorrente de Oribela, que tem opiniões e, mais grave do que a recusa a um marido (que não escolheu), era a negação ao sobrinho do governador como seu marido. Por sua transgressão, os castigos verbais e físicos são-lhe impostos:

Disse de mim o padre tantos males que hei vergonha de os pensar em altas vozes, que eu era sem palavra, sem promessa e sem coração. No sacrário me fez em joelhos rezar por perdão de minha rebeldia, me deu pancadas nas mãos até ver sangue (Miranda, 1996, p.57).

Oribela é convencida a aceitar o destino pela Velha e por outra personagem que representava o poder político igualmente opressor: a mulher do governador, Dona Brites de Albuquerque, irmã de sua futura sogra, Dona Branca. A referida personagem aventada por Ana Miranda (1996) encabeça a lista de mulheres chefas ou matriarcas estudadas e descritas por Mary Del Priore (2020), ao localizá-la, historicamente, como “mulher de Duarte, a quem foi doada pelo rei de Portugal a capitania de Pernambuco, então chamada de Nova Lusitânia, e que assumiu o comando das terras depois da morte do marido, transformando-as nas mais rentáveis da colônia” (p.21). *Desmundo* (1996) entrelaça fatos e textos oficiais ao discurso literário, inserindo em sua narrativa outros personagens reais como o bispo Sardinha, o padre Manoel da Nóbrega e o rei Dom João, criando uma dimensão de possíveis pormenores, nos quais estes *personagens* históricos dividem espaço com outros antes não pensados na participação do fenômeno expansionista e, assim, além de reescrever sobre a ocupação das terras brasileiras, oferecer uma narrativa sob outro ponto de vista.

Já casada, Oribela recusa-se à entrega total de si à relação com Francisco de Albuquerque, o qual a aprisionava,

Fazia ele que não escutava, os gritos retiniam pela serra, eu arrastada. Em casa amarrou com a corda me prendendo aos pés do catre, onde me fez deitar e disse em voz mansa como esquecido da raiva. Vem uma mulher te curar. Muda este teu mau proposito, não consente que em tua fantasia entre tamanho pecado, fia-te de mim que te amo e te sou

esposado, assim, enquanto viveres, viverás em paz. (Miranda, 1996, p. 113)

A cena expõe o ultrajante lugar de coisa, de objeto ou, no máximo, um semovente pronto para o abate, que algumas mulheres exerciam, cerceando delas a liberdade, além desta ser a vida que não fora por ela planejada. Em contrariedade às violências sofridas no casamento, personifica o inimaginável à mulher de seu tempo: foge. Por várias vezes. Numa dessas fugas, comete o desatino de ir contra a sua formação cristã ao apaixonar-se por Ximeno Dias, um mouro mulçumano, e, de acordo com os parâmetros judaicos-cristãos, torna-se adúltera:

e avistei no catre o Ximeno adormecido, desnudado de suas vestes, descalçado dos sapatos, eram seus pés de gente, fosse naquela noite, nas outras não se sabia. Mas assim o vi. Era tal, que atraiu tudo que há em mim e lhe fui sentir a boca, ele despertou e me tomou em seus braços num desatino e gradíssimo ímpeto, correndo com as mãos pelo meu corpo, dizendo suas falas de amante, a beijar meus beijos e outras obras bem desconcertadas, famintos de afagos, a soltar meu gibanete de homem, arrancar colchetes, desatar os cordões da camisa, a me querer deixar feito as naturais, a mim dava um gosto bom, fino punhal frio arrastando em toda pele, a querer sentir que ele se fazia em mim, um prazer perseverante tragando as minhas tentações para vencer minhas malícias, inferno glorioso tirado do meu corpo, de minha natureza humana, minha perdição e minha alma indo à luz, portas se abrindo, minha boca bem - aventurada, ele um todo - poderoso a me desfalecer (Miranda, 1996, p.179).

O adultério, à época, era um crime que poderia condenar a mulher à morte: concedia-se ao marido o direito de lavar a sua honra com sangue e, assim, salvar a sua reputação. As Ordenações Filipinas⁵, porém, só fazem menção às traições femininas. Elas é que seriam adúlteras, podendo ser perdoadas ou não pelos maridos. Quanto aos homens, silêncio – no máximo eram acusados de fornicários vagos (Del Priore, 2020, p.40). Além de transgredir o pacto matrimonial imposto pela Igreja, ao relacionar-se com Ximeno, Oribela burla outra regra social: amar (e ser amada!). No relacionamento de Oribela e Ximeno, infere-se que ele a tenha amado por sua sede de liberdade, era o

⁵ As Ordenações Filipinas, ou Código Philippino, ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal foram um conjunto de regramentos promulgado pelo rei Felipe II de Espanha (Felipe I de Portugal, quando este regeu os dois reinos), muito perto do que na atualidade seria o Código Civil, o Código Penal, que à época orientava práticas e estabelecia punições aos desregramentos. Vigorou no Brasil entre os séculos XVI e XVII.

fogo da coragem o que ele vira nos olhos dela. Advém desse encontro, a apropriação do seu papel autônomo como mulher e a consciência da sua sexualidade, uma vez que Ximeno é descrito como o único personagem do romance que a reconhece como uma pessoa merecedora de direitos e desejos.

No transcorrer do romance, percebemos que o “Desmundo” a desconstruiu: a rebeldia diante da proposta e do casamento forçados, a paixão pelo mouro, a sexualidade revelada, a nudez não mais castigada, a crueldade dos dias e o calor das noites, a ruptura dos padrões evidenciam na protagonista o que afirma o estudo de Linda Hutcheon (1991), que expõe a ótica da metaficção historiográfica acerca do diálogo entre História e Literatura e o quanto há de potencial dentro do campo literário para pluralizar o discurso singular e oficial imposto pela história. Ao expor sua teoria enquanto método de leitura crítica em *Poética do pós-modernismo* (1991), a autora propõe um questionamento das chamadas “verdades históricas” e a conscientização da necessidade latente de questioná-las, pois acredita que a literatura tem, também, um compromisso de dar voz, sobretudo, àqueles que foram excluídos dos relatos tradicionais pelas relações de poder estabelecidas no decorrer da história.

Linda Hutcheon (1991) pontua que história e ficção são duas forças fundadas na verossimilhança, são construções linguísticas “altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem (...) e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa” (p. 141). Hutcheon (1991) nos lembra de que a metaficção historiográfica, assim como a história e a ficção, sofre das determinações temporais, ou seja, está sujeita a novas considerações. Nessas produções, afastadas dos princípios e objetivos que geraram os textos originais, versões imaginárias dos mundos históricos apresentam um evento e, sem hierarquiza-lo ou rejeitá-lo, oferecem uma representação dele. “A ficção pós-moderna sugere que reescrever ou reapresentar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico” (*Idem*, p. 147), impedindo que os eventos narrados pela história terminem em si mesmos, tenham apenas os primeiros posicionamentos, conservem os mesmos atores e, por fim, a mesma narração e seus sentidos.

3. Fluxo de consciência como rasura da escrita, no escrito

O texto de *Desmundo* (1996) faz um interessante jogo de rasura ao criar um objeto que parece ser possivelmente controlado, ou seja, a escrita. Mas, parte da história da colonização que está posta a saber nas suas páginas e nas 10 partes que o compõem (*A chegada*; *A terra*; *O casamento*; *O fogo*; *A fuga*; *O desmundo*; *A guerra*; *O mouro*; *O filho*; e *O fim*) são os pensamentos da sua protagonista que parecem crônicas dos eventos por ela vividos. Gerda Lerner (2019) comenta que “há milênios, as mulheres participam do processo da própria subordinação por serem psicologicamente moldadas de modo a internalizar a ideia da própria inferioridade” (p.268), entretanto, embora criando uma personagem numa condição de completa subordinação, Ana Miranda torna Oribela, pelo menos, dona da própria narrativa, por assim dizer. O que parece ser um diário, é, literalmente, a transcrição do fluxo de pensamento daquela jovem mulher. Se, segundo Lerner (2019), uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas é a falta de consciência da própria história, criar uma personagem, que nada tem, que nada trouxe, que foi subjugada quando lhe foi prometido uma vida melhor que a que tinha e, ainda por cima, lhe tirada a liberdade, fazê-la senhora da própria história e narrativa, conseqüentemente, é torná-la consciente de sua história, pois todos os eventos da narrativa, entendidos como pecaminosos, ou estranhos, ou justos estão e são filtrados por Oribela. A leitora, o leitor tem uma realidade parcial, pessoal, dolosa (aliás, como quase todo relato o é) dos fatos que compõem a história de Oribela e de tantas outras personagens históricas ou ficcionais.

Por outro lado, essa imersão no pensamento de Oribela expõe uma gesta comum da mentalidade humana difundida na Idade Média. Silvia Federeci (2023) afirma que na Europa Ocidental foi propagado um novo “conceito de pessoa”, cujo modelo seria a evocação do personagem Próspero, da peça *A tempestade*, de Willian Shakespeare. Segundo a autora, o personagem exemplificará, às pessoas daquele tempo, a combinação entre espiritualidade celestial e materialidade brutal o que, ao mesmo tempo, implicaria em “certa ansiedade sobre o equilíbrio que se havia alcançado” e impossibilitando “qualquer orgulho pela posição especial de ‘Homem’ na Grande Cadeia do Ser” (*Idem Ibidem*, p. 248). Acrescenta, ainda, a filósofa italiana:

No século XVII, o que permanece em Próspero como apreensão subliminar se concretiza como conflito entre a Razão e as Paixões do Corpo, o que dá um novo sentido aos clássicos temas judaico-cristãos para produzir um paradigma antropológico inovador. O resultado é a reminiscência das escaramuças medievais entre anjos e demônios pela posse das almas que partem para o Além. No entanto, o conflito é agora encenado dentro da pessoa, que é apresentada como um campo de batalha no qual existem elementos opostos em luta pela dominação. De um lado estão as “forças da Razão”: a parcimônia, a prudência, o senso de responsabilidade, o autocontrole. De outro lado, estão os “baixos instintos do Corpo”: a lascívia, o ócio, a dissipação sistemática das energias vitais que cada um possui. (Federici, 2023, p. 248-249).

Pela personagem Oribela, Ana Miranda recupera um modo de pensar peculiar ao medievo e, sobretudo, as formas de controle e disciplina do corpo da mulher que não poderia incorrer e dar lugar a outras frentes, que não fossem a obediência e procriação.

A narrativa de Ana Miranda apresenta uma história que se contrapõe ao comum de muitas outras, buscando, se não a superação, a retificação da “falácia androcêntrica produzida em todos os constructos mentais da civilização ocidental” (Lerner, 2019, p. 270). Embora Hutcheon (1991) afirme que, recorrendo à sentença de Todorov, “a literatura não é um discurso que possa ou deva ser falso (...) é um discurso que, precisamente, não pode ser submetido ao teste da verdade; ela não é verdadeira ou falsa” (Apud, p. 146), também é possível querer, através do texto literário, trazer a possibilidade de novas interpretações.

Outro dado que nos traz o romance *Desmundo* (1996) é que o sistema do patriarcado não pode funcionar sem a cooperação das mulheres. Entretanto, essa “cooperação” vem por vias coercitivas e subordinadoras. Segundo Lerner (2019),

assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão das mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem (p.267)

A história de Oribela, por meio de seu fluxo de pensamento, vai ilustrando como o viver feminino era (e ainda é) modelado e devolve, mesmo que ficcionalmente, e em parte, o conhecimento da própria história das mulheres. Com isso, o romance também

cria uma subversão da hegemonia masculina ao centralizar sua narração numa personagem feminina que renuncia à forma legitimizada na cultura patriarcal, que é a escrita e, ao orbitar a trama no pensamento de uma protagonista, devolve, simbolicamente, à mulher sua própria história.

O romance *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, permite a análise social e antropológica da mulher na construção histórica de um Brasil múltiplo e reitera que a versão oficial nada mais é do que a vencedora sobre muitas outras que poderiam ser tomadas em consideração. Sob a voz da narradora Oribela, a literatura de Ana Miranda permite a reflexão sobre os desafios enfrentados pela representação feminina no período colonial, os quais ecoam em nossa realidade de mais de quinhentos anos depois. Ao propor uma releitura deste passado, repetido à exaustão, e questionar os anais da História sobre a “verdade absoluta”, esta arte assume o posto de agente fomentador da discussão e da desestabilização do discurso oficial reforçando que todas as narrativas são passíveis de análises e questionamentos.

4. Referências

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras:** Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

FEDERICI, Silvia. O grande Calibã - A luta contra o corpo rebelde. In: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. 2.ed. São Paulo: Elefante, 2023.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado. In: LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

HOLANDA, Camila Vilela. **Desmundo, de Ana Miranda: A (des)leitura de um Brasil pela voz ficcional da mulher.** Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós - Graduados em Literatura e Crítica Literária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2019, 128p.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: O passado do tempo passado. In: HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo:** história, teoria, ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

MIRANDA, Ana. **Desmundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.